
Jornalistas, restrições e controvérsias: uma análise sobre as influências políticas nas redações de Pernambuco¹

Júlia Afonso Lyra²

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a questão das restrições impostas pelo meio político de Pernambuco em relação aos principais veículos locais. Dessa forma, pretende-se identificar como as influências existentes entre os campos jornalístico e político, utilizando como aporte o conceito formulado por Bourdieu, podem ser negativas para a construção de uma mídia mais livre e democrática. Para tanto, será feito um levantamento documental a respeito das controvérsias que envolvem o jornalismo pernambucano e também uma pesquisa de campo, a fim de elucidar como os próprios jornalistas enxergam este tipo de cerceamento em seus ambientes de trabalho.

Palavras-chave: campo jornalístico; campo político; redações de Pernambuco.

Introdução

Apontada como fruto da convergência da crise dos sistemas políticos tradicionais com a ascensão de novos meios de comunicação, a centralidade ocupada pela mídia na vida política contemporânea faz parte, também, de um processo histórico. Assim, por um lado, o contato entre líderes políticos e sua base, a relação dos cidadãos com as questões de ordem pública e mesmo o processo de governo sentem o impacto dessa hegemonia midiática. Entretanto, no Brasil, a própria formação da imprensa esteve diretamente subordinada aos interesses do Estado³, de forma que até hoje se mantém uma estreita relação entre o campo do jornalismo, sejam nos novos ou nos antigos formatos de veiculação, e o campo político.

Seguindo a lógica do contexto atual, isto é, de que a mídia representa o principal instrumento de difusão de ideologias e projetos políticos, ao ampliar a visibilização das figuras públicas e de seus discursos, reforçou-se a ideia de que os veículos de comunicação se constituem como locais estratégicos para a manutenção do poder

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFPE, email: juulialyra@gmail.com. Artigo realizado para a disciplina de Métodos de Pesquisa II, sob a orientação da professora Dra. Carolina Figueiredo.

³ A história da imprensa brasileira tem o seu início no ano de 1808, após a chegada da família real portuguesa no país. Até então, toda e qualquer atividade de imprensa era proibida, fosse a publicação de periódicos, livros ou panfletos.

vigente. Aliados a esta noção, e à própria organização vertical da mídia brasileira, centrada em grupos comunicacionais que detém um enorme capital político-econômico, os políticos permaneceram utilizando sua influência para controlar, restringir e até ameaçar⁴ a atuação da imprensa, de maneira a garantir seus variados interesses privados. Conseqüentemente, é possível afirmar que, hoje, o exercício jornalístico se vê ainda mais comprometido em termos do exercício do seu papel democrático, pois, ao invés de atender aos interesses do público, “não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer outros” - conforme expresso pela Associação Brasileira de Jornais (ANJ)⁵ - encontra-se limitado por uma lógica economicista e autoritária.

De acordo com o Ranking de Liberdade de Imprensa divulgado pelo Repórteres Sem Fronteiras, organização internacional independente, o Brasil ocupa a posição 103º de um total de 180 países analisados. A justificativa dada pela própria ONG em relação à classificação é a de que “o campo da comunicação ainda é bastante concentrado no país, com forte influência de grandes famílias industriais, com frequência, próximas da classe política”. Além disso, a ausência de um mecanismo de proteção aos jornalistas em situação de risco faz com que determinadas práticas, tais como ameaças, agressões e mesmo assassinatos, sejam bastante frequentes, tornando o Brasil, assim, um dos países mais violentos da América Latina para a prática do jornalismo⁶.

De qualquer maneira, desde o século XIX, o campo jornalístico se constituiu em torno da oposição entre duas lógicas e princípios de legitimação (BOURDIEU, 1997, p.105): o reconhecimento pelos pares, pautado nos valores e princípios internos do campo, e o reconhecimento pela maioria, no qual a aprovação do público é também um veredito do mercado. Este último acabou contribuindo, assim,

(...) para reforçar, no seio de todos os campos, o “comercial” em detrimento do “puro”, os produtores mais sensíveis às seduções dos poderes econômicos e políticos à custa dos produtores mais aplicados em defender os princípios e os valores da “profissão” (...) (BOURDIEU, 1997, p.104).

E é nesse sentido que, “ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de luta

Disponível em:

⁴<<http://www1.folha.uol.com.br/fof/geral/ult090899191.htm>> e
<https://www.vice.com/pt_br/article/8x4b4ya/jornalistas-de-minas-detestam-aecio-e-andrea-neves>. Acesso em: 28/09/2017

⁵< <http://www.anj.org.br/codigo-de-etica-2/> >. Acesso em 02/10/2017

⁶< <https://rsf.org/pt/brasil>>. Acesso em 14/10/2017

permanentes” (BOURDIEU, 1997, p. 114), se assemelham pela influência que sofrem e exercem no público e no mercado.

Considerando que todo o processo de construção da notícia é envolto por implicações sociopolíticas, profissionais e econômicas, destaco, assim como Barreto (2006), que a relação mantida entre jornalistas, governos e representantes partidários pode gerar um clima de permissividade entre ambas as partes, não sendo difícil perceber uma série de casos abusivos na imprensa, inclusive a nível local. Poderíamos citar, entre intervenções dos políticos na redação de Pernambuco, o silenciamento de certos assuntos, a exemplo da “não-cobertura” feita sobre o Cais José Estelita⁷, a divulgação de dados unicamente positivos em relação a determinados governos⁸, e consequente omissão de informações “que não sejam do interesse de todos”⁹, sem mencionar na quantidade casos que não repercutiram ou mesmo chegaram à conhecimento do público.

A partir disso, cabe analisar como se dá a percepção dos próprios jornalistas a respeito dessas influências em seus ambientes e rotinas de trabalho, já que – apesar de nem sempre serem percebidas pelo público – refletem diretamente naquilo que se torna ou não notícia, isto é, no exercício profissional jornalístico. Para tanto, serão realizadas entrevistas envolvendo antigos e atuais jornalistas políticos das três maiores redações do estado (*Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio*). A escolha dos entrevistados a partir da editoria de política se deu já que, por uma própria questão de *modus operandi*, estes são os profissionais que mantêm um convívio mais direto com as fontes oficiais.

Jornalismo e política: dois campos em disputa

A relação entre jornalistas e políticos é estabelecida através de um jogo de interesses em que ambos exercem atribuições não somente relativas às suas atividades profissionais, mas também aos seus demais papéis, atitudes e objetivos perante a sociedade. Dessa forma, “o relacionamento jornalismo e política é historicamente polêmico e paradoxalmente intercomplementar” (BARRETO, 2006, p.14), a partir do

⁷ < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>>. Acesso em: 14/10/2017

⁸ < <http://ombudspe.org.br/analises/jornalismo-ou-publicidade-caderno-especial-do-diario-pago-por-empresas-e-prefeituras-e-so-elogios-ao-governador/>>. Acesso em: 14/10/2017

⁹ <<http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/04/17/NWS,24619,70,449,NOTICIAS,2190-SINDICATO-FEDERACAO-DOS-JORNALISTAS-EMITEM-NOTA-OFICIAL-SOBRE-OFICIO-SDS.aspx>>. Acesso em: 14/10/2017

momento em que a atividade de seus atores coexiste em meio a essa disputa de interesses. Nesse sentido, tais atores participam de um processo envolto por influências, negociações e intromissões, encontrando-se, aí, um permanente campo de tensão.

Em sua definição mais conhecida, campo é “um espaço social estruturado, um campo de forças em que há dominantes e dominados, relações constantes e permanentes de desigualdade que se exercem no interior desse espaço” (BOURDIEU, 1997, p.57). Além disso, é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse microcosmo de forças, presumindo, assim, relações internas e externas de poder que se configuram em um jogo entre agentes e disputas por prestígio, status, capital intelectual, econômico ou político.

Assim, jornalismo e política são campos estruturados e particulares que detêm suas próprias normas, modos de funcionamento e disputas internas, se constituindo enquanto formas de conhecimento acerca do mundo. Ao mesmo tempo, são também relativamente autônomos, já que, cada vez mais, estabelecem diferentes tipos de dinâmicas e interações entre si, permeadas por conflitos e tensionamentos próprios. O campo jornalístico, entretanto, é muito mais dependente das forças externas, tais como as sanções do mercado e do público, do que os demais campos, “talvez mais ainda que o campo político”, segundo Bourdieu (1997). Conseqüentemente, este último campo, dentre tantos outros, encontra no jornalismo um espaço apropriado para o exercício de suas influências.

Vale destacar também que “dentre os diversos segmentos midiáticos o jornalismo impresso tem especial importância e repercussão na área política, com laços historicamente firmados e legitimados” (BARRETO, 2006, p.12), de forma que os políticos e seus partidos passaram a enxergar os jornais enquanto locais estratégicos de interferência em prol de sua visibilidade. Por interferência pode-se compreender o conjunto de tentativas e esforços dos atores políticos que agem nas redações jornalísticas a fim de se inserirem no relato noticioso da maneira mais conveniente possível, cabendo ao jornalista rejeitar ou aceitar tais termos.

Por outro lado, a análise da micro-relação entre jornalista e fonte permite desprender que devido à sua própria dinâmica, os agentes envolvidos precisam incorporar em alguma medida a lógica um do outro. O jornalista, por exemplo, sob a pena de perder a fonte,

(...) deve ponderar aquilo que publica, calculando seus efeitos sobre o campo político; e fazer concessões aos interesses do outro, divulgando o destaque de certas notícias (mas nunca ao ponto de comprometer a própria credibilidade). (MIGUEL, 2002, p.14).

Como foi dito, ambas as partes envolvidas nessa interação devem fazer concessões, de maneira que a fonte também deve ser submetida a uma lógica específica previamente determinada. De qualquer forma, a posição do jornalista é aquela que está mais fortemente permeada por certas circunstâncias, que envolvem as pressões dos “bastidores”, isto é, das próprias fontes – em especial, as “oficiais” –, os interesses econômicos e políticos das empresas jornalísticas e, ainda, a cobrança do público quanto ao conteúdo veiculado.

Por isso, apesar de os campos político e jornalístico estarem fortemente imbricados e, portanto, exercerem influências mútuas, a persistência de hábitos de convivência com o político e as facilitações de acesso de grupos de interesse a jornalistas ou editores, com o objetivo de beneficiar àqueles, pode criar um clima de permissividade (BARRETO, 2006, p.17) nas redações. A partir disso, os grupos políticos atuam nestes espaços em busca de visibilidade e garantia de seus interesses mais diversos. A depender da abertura dada pelo jornal ou mesmo pelo próprio jornalista, tais grupos tendem a uma busca enfática por maiores espaços nas páginas diárias e, conseqüentemente, tentam alcançar uma situação máxima de privilégio.

Nesse sentido, por possuírem fronteiras bastante porosas, os campos jornalístico e político se relacionam de maneira questionável e até mesmo perigosa, pois essa busca excessiva por notoriedade, desempenhada pelo meio político, pode desencadear conseqüências bastante negativas no que tange à liberdade de imprensa e autonomia profissional do jornalista. Isso ocorre porque, a partir do momento em que os grupos políticos passam a enxergar a notícia como parte de seu “patrimônio ideológico-eleitoral”, disputam esse “bem” com todos os artifícios à sua disposição, incluindo a violência, seja ela simbólica, através de subornos, ameaças, processos, dentre outros, seja ela física.

Metodologia

Com o propósito de investigar as percepções e vivências dos jornalistas em relação às interferências políticas desempenhadas nas suas próprias atividades

profissionais, foram entrevistados seis jornalistas, que atuam ou já atuaram em uma das três maiores redações do estado - Folha de Pernambuco, Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco. Para cada jornal, selecionou-se um profissional da atual editoria de política e um que já havia passado pela mesma, com o intuito de garantir resultados mais confiáveis e, ao mesmo tempo, abrangentes no que se refere ao aspecto temporal. Adicionalmente, entrevistou-se mais um jornalista que passou pelas três redações, tendo atuado no caderno de política do Diário de Pernambuco, como forma de adquirirmos informações complementares.

Além disso, o critério de mostra dos entrevistados se deu também através de uma escolha por proximidade, devido às dificuldades existentes em termos de disposição e confiança, especialmente dos jornalistas que atuam nos veículos, para abordar os assuntos envolvidos neste artigo. Prevendo o desconforto que seria causado pela entrevista, advindo das possíveis sanções a serem sofridas por tais profissionais, foi garantido o anonimato das fontes. Em virtude das dificuldades mencionadas, não foi tomado, aqui, um recorte temporal específico, embora o período de atuação dos jornalistas entrevistados corresponda aos anos 1978-2017. Inicialmente, todas as entrevistas seriam presenciais, contudo, em função da disponibilidade de tempo e de deslocamento dos entrevistados, duas delas foram feitas através de Skype e ligação telefônica.

No que se refere à aplicação, a abordagem feita nas entrevistas preocupava-se, basicamente, em obter os dados adequados para este tipo de coleta, definidos por Antônio Carlos Gil (2008) como as “informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”. Ou seja, elucidar os posicionamentos contidos nos discursos destes jornalistas e, em especial, os casos de interferência política vivenciados durante o exercício de suas atividades profissionais.

Assim, recorreu-se à técnica da entrevista, eficiente para suprir a necessidade de obtenção de dados que não são rigorosamente encontrados em registros e fontes documentais - excetuando-se alguns casos específicos - mas que, entretanto, podem ser fornecidos a partir de relatos humanos. Nesse sentido, para Gil (2008), a preparação do roteiro de entrevistas é um ponto fundamental da referida técnica, de forma que as mesmas foram desenvolvidas, aqui, a partir de um determinado número de perguntas

previamente formuladas, mas também de eventuais questionamentos que surgiram em seu momento de aplicação. Para o presente artigo optou-se pela entrevista semiestruturada, de modo que fosse possível, partindo-se de um roteiro base, adquirir informações adicionais sobre a experiência de cada entrevistado. As entrevistas foram gravadas e decupadas, sendo selecionados os trechos mais relevantes para análise, conforme mostraremos a seguir.

Interferências que “fazem parte”

De maneira unânime, os entrevistados – que, em geral, haviam trabalhado em mais de uma editoria – compararam a atuação no jornalismo político com os demais ramos, apontando-a como sendo de uma ordem muito mais complexa e desafiante. Alguns, dentre eles, a fonte 1 - que não atua mais nas redações - identificaram na relação com as fontes o fator responsável por essa diferenciação: “no jornalismo político muita coisa é conversada em off, nos bastidores, não é uma coisa declarada”. Algo semelhante também foi dito pelo entrevistado “extra”, fonte 2, ao afirmar que o estabelecimento de uma relação de confiança entre o jornalista e seus informantes exige maiores cuidados, porque “política é muito bastidor, é muito nas entrelinhas e isso leva um tempo, é um desafio, (...) é diferente do jornalismo mais tradicional, corriqueiro”.

Outra dificuldade mencionada pelos entrevistados foi a questão da obtenção de dados públicos confiáveis, já que, por serem os únicos a possuírem esse tipo de informações, os governos comumente se utilizariam dessa exclusividade para omiti-los aos jornais e à sociedade em geral. Nesse sentido, a fonte 3, também ex-jornalista, comentou mais de um caso em que a Secretária de Defesa Social (SDS) havia impedido o repasse de determinadas informações, especialmente em épocas de alta criminalidade e consequente insatisfação popular no estado.

O governo preferia tentar calar os jornalistas a melhorar as políticas de segurança pública. Quer dizer, é fazer com que os jornais não reflitam aquilo que tá acontecendo. É essa tentativa de controle a que a gente tá submetido todo dia. (Entrevista realizada via skype no dia 07/10/17).

Em consonância, a fonte 4, que trabalha no mesmo jornal há cerca de uma década, afirmou que os agentes políticos e os órgãos estatais, de uma maneira geral, “imprimem um discurso público que muitas vezes não são casados com a realidade”, o que gera um empecilho no que se refere ao embasamento das notícias do caderno de política.

Além disso, foi possível perceber na fala dos entrevistados uma compreensão de que em suas atividades profissionais enquanto jornalistas e, especialmente, do setor de política, há uma sobreposição de pressões e interesses diversos, que envolvem o público, editores e chefes de redação, donos dos jornais, políticos, empresários, dentre outros. Para a fonte 3, inclusive,

a principal dificuldade da gente que trabalha com jornalismo político é tentar se blindar dessas interferências externas, que, às vezes, nem são tão externas assim. São interferências que se misturam com os interesses da direção do jornal e viram interferências internas. (Entrevista realizada via skype no dia 07/10/17).

Em relação a isso, a fonte 5, que acumula cerca de 30 anos nas redações, defendeu que todo veículo de comunicação, cuja sobrevivência depende, cada vez mais, do dinheiro fornecido pelos anunciantes – sendo os governos, historicamente, responsáveis pelo pagamento da maior quantidade de anúncios – possui uma linha política. Portanto,

a questão é de que forma o patronato trata essa questão da linha política, de que forma eles permitem que isso influencie na redação a ponto de se tornar insuportável, como eu já vivi em alguns momentos, ou se eles são mais liberais e, enfim, dá pra lidar com isso. (Entrevista realizada pessoalmente no dia 25/10/17).

O referido entrevistado admitiu, ainda, que os jornalistas não teriam como fugir de determinadas concessões. “Com o tempo, você entra na redação com aquele espírito bem libertário, e vai vendo que a situação não é daquele jeito. Você tem que se moldar a isso de uma forma que não fira a sua consciência. Se ferir, você sai”, afirmou. A opinião do entrevistado adicional (fonte 2), que já havia trabalhado nas três redações utilizadas na amostra, coincide com a anterior.

A política editorial tem o que ele quer deixar passar, tem aquilo que ele não quer deixar divulgar, tem aquilo que ele deseja enfatizar... E isso você tem que se ajustar pra saber até onde pode ir e às vezes driblar isso também. Às vezes você conseguir ir além do que, em tese, você deveria ter ido. (Entrevista realizada pessoalmente no dia 17/10/2017).

Seguindo a mesma lógica, a fala da fonte 1 atesta que, apesar de a atuação ética do jornalista depender unicamente das escolhas particulares dos profissionais, aquilo que é divulgado ou não pelos jornais é delimitado de forma direta pelas influências e pressões que ali existem.

São duas coisas que você precisa administrar: a questão da fonte e as pressões. Saber o seu limite, não deixar de dar informações

importantes, mas saber que existe aí um filtro (...) existe um ponto que você não consegue ultrapassar, estando na grande imprensa. (Entrevista realizada pessoalmente no dia 23/10/2017).

Além disso, a entrevistada declarou que, quando trabalhava nas redações, se deparava com um impasse advindo da discrepância entre aquilo que ela – e também as fontes 2 e 3 - defendem ser o papel do jornalismo de política, “incomodar”, e a dependência econômica que os jornais possuem em relação aos governos e grupos políticos em geral.

Como você mexe com informações em que normalmente há um interesse em todas as instâncias (...) você fica entre divulgar essas informações que interessam, e o interesse da empresa. Os grandes veículos vivem de anúncio, e boa parte desse anúncio é feito pelo Estado. Às vezes você sofre uma pressão, porque os políticos conversam diretamente com os donos dos jornais. (Entrevista realizada pessoalmente no dia 23/20/2017).

Nesse sentido, a fonte 5 declarou que todo jornalista deve ter noção de que, ao trabalhar em um jornal de destaque, os grupos políticos tentarão “influenciar, mandar e interferir” no seu trabalho. “Então você tem que estar preparado para entrar, como aconteceu comigo, na redação, e estar o presidente da Assembleia sentado na sala do editor geral pedindo a minha cabeça¹⁰”. O jornalista mencionou, ainda, outros casos em que os advogados ou assessores de políticos pressionaram o editor para demiti-lo, ou mesmo ameaçaram abrir processo contra o jornal.

Eu respondi seis processos, eu acho pouco perto de outros repórteres ai afora, alguns “caducaram”, outros o jornal defendeu. Eu nunca fui punido, porque eu tava certo, eu tinha gravação, eu tinha documentação. A verdade é que os governos vão tentar sempre impor a vontade deles (...). (Entrevista realizada pessoalmente no dia 25/10/2017)

Quando questionados se haviam sido processados juridicamente, a maioria dos entrevistados respondeu de maneira negativa, apesar de mencionarem casos de colegas que o foram. Em contrapartida, a fonte 1 relatou ter sofrido vários processos, citando pelo menos dois casos em que, além disso, teve a vida ameaçada. Em um deles, após ter publicado reportagem denunciando casos de compra de votos e nepotismo no estado, o ministério público eleitoral iniciou um processo de cassação contra os referidos políticos, que passaram a intimidá-la. “Eu fui ameaçada, fui seguida. Sai da minha casa,

¹⁰ Em sentido figurado, “cabeça” seria a integridade, física ou moral, de uma pessoa, utilizada como objeto de punição ou vingança contra a mesma. Neste caso, o entrevistado se refere a um pedido de demissão.

quando cheguei no jornal eles sabiam qual era a roupa que eu tava e o trajeto que eu tinha feito (...) Até do estado tive que sair”, relata.

Também em relação a afastamentos, a fonte 3 contou que, por um determinado período, se viu impossibilitado de cobrir a Câmara Municipal do Recife, pois havia sido ameaçado diretamente por mais de vinte deputados que, à época, foram pedir sua “cabeça” na redação. Apesar de afirmar que as reclamações, cobranças e ameaças dos políticos geralmente se davam via telefone – o que, segundo os atuais jornalistas ainda ocorre – a fonte 3 afirma que, de uma forma ou de outra,

(...) o fato é que conseguiam e o cerco que era fechado toda vez que eles se viam contrariados. Eles tinham que falar com a pessoa, tinham que ir atrás pra poder reclamar, as coisas não eram tratadas de uma forma profissional. Eram muito misturadas. (Entrevista realizada via skype no dia 07/10/2017).

Nesse sentido, os entrevistados afirmaram, em sua maioria, que as interferências e pressões advindas diretamente dos políticos, ou das vinculações que os donos dos jornais possuem com eles, são prejudiciais para o exercício jornalístico. Apesar disso, para algumas fontes, não seria possível taxar tais influências como negativas ou positivas, pois elas são, na realidade, intrínsecas ao funcionamento das empresas de comunicação. De acordo com a fonte 6,

o ideal era que você tivesse uma imprensa livre, que você pudesse se bancar, pudesse ter opiniões. Porque na verdade você vai terminar muitas vezes podendo o jornalista na hora de fazer, então naturalmente ele já faz uma autocensura, que é uma tragédia pro jornalismo. (...) não deveria existir, mas infelizmente é uma realidade. (Entrevista realizada pessoalmente no dia 06/11/2017).

Na mesma perspectiva, a fonte 7 afirmou que “o jornal é uma empresa como outra qualquer, tem um dono, os seus interesses econômicos e políticos”, os quais pressionam os jornalistas a seguirem a tendência do veículo. Ainda segundo o entrevistado, “em alguns momentos você tem que “pisar em ovos” pra não contrariar a orientação do dono do jornal”, correndo o risco de perder o próprio emprego, caso se distancie da linha editorial. Certa vez, ao escrever uma reportagem envolvendo um senador de Pernambuco, que em outra situação já o havia processado, o jornalista notou

(...) que a direção do jornal não ficou satisfeita, porque me chegou ao conhecimento que não tinham gostado. Eu disse “olhe, isso é um cargo de confiança, então se vocês não estão satisfeitos com o que eu escrevi, só tem uma solução: me demitir, me mandar embora”. Foi o que fizeram. (Entrevista realizada pessoalmente no dia 08/11/2017).

Assim, é possível perceber que as ligações e interferências externas advindas dos políticos nas redações, na realidade, encontram-se tão introjetadas dentro deste ambiente, que passaram a “fazer parte” da própria atuação dos jornalistas, conforme explicitaram as fontes 2, 4, 5, 6 e 7. Aliás, mesmo em casos não tão extremos, envolvendo as cobranças dos políticos quanto ao viés, ou mesmo o conteúdo de certas matérias, a fonte 3 afirmou que, ao serem atendidas, o jornalista “passa a ter um ambiente profissional que vira uma extensão do governo e que dá a esses membros do governo o direito, inclusive, de interferir diretamente”. Dessa forma, os conflitos existentes entre jornalistas e políticos, que acabam perpassando também advogados, assessores de imprensa, editores e donos dos jornais, são parte do dia-a-dia das redações.

Considerações finais

Permeada por um conjunto de interesses, a relação entre jornalistas e políticos, ainda que bastante controversa em determinados momentos, foi historicamente instituída e legitimada na sociedade. A existência de um modelo extremamente concentrado nas mãos de grandes famílias, em geral, ligadas à classe política, tem se consolidado cada vez mais, a partir do momento que a dependência econômica dos jornais cresce em relação aos seus principais anunciantes, que são os governos. A liberdade de imprensa, em contrapartida, encontra-se limitada por estas influências, negociações e intromissões, diretas ou indiretas, dos políticos nos jornais. Por outro lado, a frequente violação de normas éticas profissionais, notadamente em submissão a fatores econômicos ou políticos, impõe ônus que não podem ser ignorados.

Nesse sentido, o modo de funcionamento dos veículos midiáticos, contestado não somente por uma parcela da população, mas também pelos próprios profissionais da imprensa, os quais são submetidos a uma série de restrições, é questionável e passa por um momento de crise. Ainda que os campos político e jornalístico naturalmente estejam em interação, nota-se, através dos relatos coletados neste artigo, que as adversidades encontradas pelos jornalistas nas redações repercutem de maneira negativa em suas atividades profissionais, e, por consequência, naquilo que se torna ou não notícia. Perdura, assim, uma discrepância entre os princípios, valores e papéis que lhes são designados e as condições de trabalho encontradas nos jornais.

Cabe, porém, mencionar a não-linearidade no que se refere às tentativas dos atores do campo político em influenciar o trabalho jornalístico, já que a sua concretização dependerá não somente do nível de abertura dada pelo veículo, mas também da conduta individual praticada pelo jornalista. Apesar da busca incansável por visibilidade e influência praticada pelos primeiros ser uma realidade incontestável, a atuação do profissional da notícia depende também de suas escolhas particulares e pode servir como meio de resistência. No contexto atual de readequação da profissão, o jornalista pode, inclusive, (re) articular-se com a sociedade, seus processos e atores, em meio à busca pela “verdade” e compromisso social. Ainda assim, a consolidação da autonomia do jornalista não depende exclusivamente do compartilhamento de um padrão de conduta entre os seus integrantes, mas também de uma prática externa às redações.

Referências bibliográficas

BARRETO, Emanuel. Jornalismo e política: a construção do poder. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, SC, n. 1, p. 11-22, 1º semestre 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. São Paulo: Lua Nova, 2002, n. 55-56.